

# JORNAL *BRAZIL*: REFLEXÕES SOBRE O CONSERVADORISMO (1883-1885)

## *BRAZIL* NEWSPAPER: REFLECTIONS ON CONSERVATISM (1883-1885)

Alexandra do Nascimento AGUIAR\*

**Resumo:** O presente artigo tem como proposta analisar a atuação do jornal *Brazil* como porta-voz do Partido Conservador na oposição, no quadro político formado durante a primeira legislatura por voto direto no Brasil (1881-1884). A partir das opiniões publicadas no periódico é possível mapear as expectativas e tensões em torno das principais questões em debate naquele momento, tais como o papel da imprensa na política, a visão conservadora sobre o exercício de governar e o movimento abolicionista. Entre os temas abordados no jornal conservador, o último era descrito pela inquietação que os manifestos em favor da extinção da escravidão traziam à sociedade, provocando a desorganização das hierarquias sociais.

**Palavras-chave:** Conservadorismo – Escravidão – Política.

**Abstract:** This article aims to analyze the performance of the newspaper *Brazil* as the Conservative Party's voice in Opposition within the political framework shaped during the first legislature by direct vote in Brazil (1881-1884). From the reviews published in the newspaper, it is possible to map the expectations and tensions around the main issues under discussion at the time, such as the role of media in politics, the Conservative view on the exercise of government and the abolitionist movement. Among the topics covered in the Conservative newspaper, the latter was described by the restlessness that manifests in favor of the extinction of slavery brought to society, causing the disruption of social hierarchies.

**Keywords:** Conservatism – Slavery – Politics.

### *Apresentação*

Através da análise do periódico *Brazil – Órgão do Partido Conservador*, este trabalho analisa as representações construídas pelo partido, como minoria em oposição ao governo liberal, sobre questões presentes durante a primeira legislatura por voto direto no Brasil. O jornal sectário foi publicado entre 1883 e 1885, dentro do quadro político oriundo da reforma eleitoral de 1881. Fundado para exercer a função específica de porta-voz dos conservadores enquanto oposição, o jornal tinha como objetivos fazer críticas à situação e divulgar o projeto político do partido.

O jornal *Brazil* se insere como produto gerado no campo político, cuja disputa visa modificar as relações que determinam certa estrutura política em uma época

---

\* Mestre em História – Doutoranda – Programa de Pós-graduação em História – UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – Brasil. E-mail: [alexaaguiar13@gmail.com](mailto:alexaaguiar13@gmail.com).

(BOURDIEU, 2004, p. 163-164). Nesse sentido, o campo político é compreendido como campo de luta, espaço de ação orientada para obter influência nos negócios públicos. Conservadores e liberais competiam, através de jornais partidários ou daqueles que se apresentavam como imparciais, para conduzir a organização da sociedade e do Estado, difundiram discursos e construíram representações. A partir das páginas do periódico, proponho trazer as visões públicas dos conservadores sobre o exercício de governar, o papel da imprensa na política e em relação à escravidão. O recorte dos temas se fundamentou na frequência com que apareciam nos números do jornal, o que indica a relevância destes para o partido.

Jeanneney, ao analisar a relação entre a política e a mídia, indicou alguns pontos essenciais que orientam a pesquisa com periódicos como “a instituição jornal, suas finanças, seus métodos de recrutamento, suas ligações cotidianas com os diferentes poderes” (JEANNENEY, 2003, p. 214). No caso específico do *Brazil*, seus redatores o definiram como tendo o papel de divulgar “as mesmas crenças políticas e formando o laço que une em todo o império a grande família conservadora” (Brazil, 16/07/1883). Criado, segundo ele próprio, para preencher a lacuna deixada pela ausência de um jornal conservador na Corte devido às “contingências e vicissitudes da política”, ressaltou que a imprensa conservadora sempre esteve presente nas províncias. O jornal informava o endereço da tipografia do *Brazil*, como era comum nos demais jornais, porém identificava-se apenas como jornal do Partido Conservador, sem especificar nenhum proprietário. O principal enfoque do periódico era a política nacional, à qual dedicava toda a primeira página, sempre iniciada com artigos em que expressava opinião sobre as questões debatidas na Câmara ou no Senado.

Como boa parte dos jornais brasileiros do século XIX, os artigos publicados no periódico *Brazil* não traziam autoria, ou apenas o pseudônimo. Muitos deles eram escritos por políticos atuantes nos partidos e serviam como instrumento de combate aos adversários. Apesar da imprensa política encontrar-se consolidada, os debates de ideias ficavam em segundo plano, pois a liberdade de opinião era utilizada em ataques pessoais, através de linguagem violenta e incisiva visando induzir os leitores antes pela desqualificação da pessoa pública.

Para situar a atuação do jornal *Brazil* como porta-voz do Partido Conservador na oposição é necessário trazer o contexto em que ele foi criado, reconstituindo a trajetória para a eleição direta e a configuração da nova legislatura.

Durante a década de 1870, liberais e conservadores reivindicavam a reforma eleitoral para a eleição direta sob a justificativa de desmoralização do sistema representativo pelas fraudes e violência. Ambos os partidos compartilhavam a visão sobre o cidadão político ideal como indivíduo instruído e senhor de bens, qualidades que o tornavam independente e apto para ser eleitor. Ao mesmo tempo, debates sobre o trabalho livre, em torno da imigração e da mão de obra nacional, e sobre a abolição da escravidão inquietavam proprietários diante das possibilidades que o acesso à representação política poderia oferecer para ex-escravos e trabalhadores.

Cabe lembrar que a reforma eleitoral integrava o programa do Partido Liberal de 1869, prevendo a eleição direta na Corte, nas capitais das províncias e nas cidades com mais de dez mil habitantes (MELO, 1878, p. 43-57). Ao longo da década seguinte, jovens em busca de ascensão ao Parlamento, políticos renomados, fazendeiros e profissionais liberais faziam apologia à eleição em único grau e pela exclusão do votante. Entre os motivos estavam descartar mão de obra excedente utilizada como “curral eleitoral”, impedir a formação de Câmaras unânimes, moralizar o sistema representativo ou trazer a renovação política. As razões que levaram o Partido Conservador e o Partido Liberal ao consenso sobre a eleição direta foram distintas, porém o pensamento comum que fundamentava a reivindicação de ambos era a incapacidade dos segmentos pobres para a participação política.

Duas produções em 1872 são ilustrativas desse pensamento em ambos os partidos, *O Sistema eleitoral no Império* escrito pelo conservador Francisco Belisário Soares de Souza e os artigos escritos por Rui Barbosa, na época aspirante a deputado pelo Partido Liberal. *O Sistema eleitoral no Império* foi escrito por Belisário como resposta à derrota sofrida na Câmara pela bancada ruralista e escravista em 1871, após a vitória do governo com a aprovação da Lei do Ventre Livre. A reforma indis pôs com a Coroa parlamentares e fazendeiros, liberais e conservadores, contrários à emancipação (LYNCH, 2007, p. 336).

A maioria de funcionários públicos e magistrados que compunha a Assembleia Geral, naquela legislatura, votou com o governo pela aprovação da libertação dos nascituros. Grande parte era proveniente do Norte onde a escravidão já se encontrava reduzida em comparação ao sul (CARVALHO, 2008, p. 310-311). Os insatisfeitos com a aprovação da Lei de 28 de Setembro de 1871 reagiram resistindo ao programa de reformas, o que levou o Visconde do Rio Branco a pedir a dissolução da Câmara. A interpretação de que o Imperador estava usando as instituições para promover reformas

contrárias, e não para preservar os interesses dos grupos rurais, levou à reação dos conservadores em prol da eleição direta (LYNCH, 2007, p. 336).

Belisário criticou a interferência do governo nas eleições, o que acontecia através da manipulação dos votantes pelos chefes locais. Para o deputado, os votantes eram “a turba multa, ignorante, desconhecida e dependente”, cujo analfabetismo era o fator determinante para o desinteresse pela política. Como resultado, as eleições eram compradas, pois o voto só era pensado como meio para obter benefícios pessoais. Sobre esse grupo, Belisário afirmava que “de política só sabe do seu voto, que pertence ao Sr. Fulano de tal por dever ou por dependência (algumas vezes também por gratidão), ou a quem lhe paga por melhor preço, ou lhe dá um cavalo, ou roupa a título de ir votar na freguesia”. Para ele, a participação do votante era negativa tanto no campo como na cidade onde a considerava “mais repugnante, venal e corrompida” (SOUZA, 1979, p. 33).

Em 1872, Rui Barbosa publicou artigos no periódico *Diário da Bahia* e fez discursos em defesa da eleição direta. O jovem advogado descrevia o processo eleitoral como comércio de votos em que predominavam “murros, cacetadas, punhaladas, tiros e igrejas vazias” (BARBOSA, 1987, p. 9). Para ele, a participação das camadas pobres resumia-se a capangas, indigentes, pessoas sem qualificação e analfabetos que desmoralizavam o sistema representativo porque votavam apenas por interesses pessoais. O povo leitor dos artigos de Rui Barbosa era o segmento desejável da sociedade, instruído e proprietário, por isso, independente da opinião do patrão e capaz de ideias políticas próprias. Pensamento que ficou evidente ao afirmar que “a eleição indireta é a eleição da incapacidade; a eleição direta é a eleição do mérito” (BARBOSA, 1987, p. 40). Participar do sistema representativo não deveria ser compreendido como um direito, mas como privilégio daqueles socialmente capazes.

As pressões sobre Pedro II para a realização da reforma eleitoral eram crescentes. Ao mesmo tempo os liberais sentiam-se lesados pelo longo período na oposição e pela possibilidade dos conservadores, no governo, executarem o programa liberal (HOLANDA, 2008, p. 216). O imperador era contrário à eleição direta por considerar insuficiente a instrução da população, porém, em 1878, D. Pedro II cedeu às reivindicações e convocou os liberais com o propósito de fazer a reforma eleitoral e aprovar a eleição direta, a presidência do Conselho foi assumida por João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu. O debate para a elaboração do projeto foi marcado por divergências sobre a orientação de restrição do voto por criteriosa comprovação renda e

da exclusão de acatólicos e de analfabetos. Esta última proposta, o censo literário, provocou discussões entre os deputados favoráveis ao veto do direito de votar aos analfabetos e aqueles que eram contrários, entre os últimos estavam Joaquim Nabuco e José Bonifácio, o moço. Bonifácio censurou seu partido, afirmando que o projeto era a “reforma da bandeira e não a bandeira da reforma” (Anais da Câmara dos Deputados, 28/04/1879), em referência às ideias defendidas por seu partido em 1869.

Paralelamente ao quadro de dissensão na Câmara irrompeu a revolta do Vintém, rebelião popular ocorrida no Rio de Janeiro contra o aumento do valor da passagem dos bondes em 1880, contribuindo para a perda de apoio e renúncia de Sinimbu e sua substituição por José Antônio Saraiva. Saraiva introduziu novas exigências de documentação para comprovar renda, o que excluiu os trabalhadores autônomos das camadas pobres. Aliado ao requisito de saber ler e escrever, a reforma para eleição direta resultou em redução significativa do eleitorado de 10% para cerca de 1%.

Em 09 de janeiro de 1881, a Lei Saraiva, como tornou-se conhecida, foi aprovada. No mesmo ano a Câmara foi dissolvida para colocar a nova lei em prática, sob a orientação de que o governo não interferisse nas eleições, cuja campanha teve início no segundo semestre. Considerada bem sucedida, pois houve redução de registros sobre violência e fraude (Relatório do Ministro do Império, 1881, p. 12-13), a eleição direta compôs uma Câmara plural, principal objetivo da reforma; foram eleitos 75 deputados liberais e 47 conservadores. Porém, como Afonso Celso observou, nesta que foi sua primeira candidatura, “parecia que, livremente consultado, manifestara-se infenso o país à largas inovações, preferindo uma fase de recolhimento e moderação” (AFONSO CELSO, 1998, p. 32). Diante de propostas como o abolicionismo de Nabuco ou sobre reformas fundiárias, a população optou por deputados comedidos, elegendo políticos ruralistas e/ou escravistas como Ferreira Viana, Andrade Figueira, Duque Estrada Teixeira, Francisco Belisário e Paulino Soares de Sousa, pelo Rio de Janeiro.

A reforma eleitoral promoveu aparente conciliação entre os dois partidos, porém foi considerada “perigosa” pelo deputado liberal Carl Von Koseritz. Para ele, Saraiva, ao pluralizar a Câmara, criou dificuldades para o governo dos próprios liberais, pois, “temos na verdade uma câmara, com a qual nenhum partido e nenhum homem podem governar, porque oito ou dez deputados são bastante para derrubar um governo” (KOSERITZ, 1980, p. 79). Nesse panorama político nascido da Lei Saraiva foi criado o jornal *Brazil*, porta-voz partidário e que denominava-se o primeiro periódico conservador da Corte.

O primeiro número começou a circular em 16 de julho, a escolha da data teve o propósito de trazer à lembrança do leitor o retorno do Partido Conservador ao governo com a queda dos Progressistas em 1868. Sob o título de “Dezesseis de Julho”, o evento foi enaltecido como memorável, a figura do Visconde de Itaboraá foi exaltada, “um estadista que bem mereceu a gratidão da pátria”, por ter assumido a frente do governo naquele momento de crise gerada pela guerra do Paraguai (1864-1870). As perdas humanas e o desgaste financeiro gerados pelo conflito externo levaram o Partido Progressista ao desprestígio, enquanto os liberais, na opinião do *Brazil*, desertaram por não conseguir lidar com a situação. Ao mesmo tempo, o Partido Liberal recorreu à imprensa e reagiu como vítima da crise política sob o lema “a reforma ou a revolução”, recusando-se, em protesto, a concorrer às eleições.

Segundo o jornal, o governo liberal havia se esvaziado após a reforma eleitoral de 1881, transitando de “a reforma ou a revolução” para a expressão que melhor definia seu programa naquele momento, “pode ser que sim, pode ser que não”. Tal postura denotava incapacidade para decisões de governo, o que contradizia a imagem preconizada pelos próprios liberais que se intitulavam o “partido da ação”. O periódico censurava os liberais pela ausência de iniciativa sobre problemas considerados urgentes, como o enfraquecimento da agricultura, os excessivos impostos e a desvalorização da moeda. Ao mesmo tempo em que favoreciam os interesses de grupo ou dos “Lords protetores” em detrimento das questões nacionais (*Brazil*, 16/07/1883).

Um dos ataques do *Brazil* aos liberais era dirigido à ausência de um nome do partido que se dispusesse a assumir a presidência do conselho após a saída de Saraiva. O principal alvo, naquele momento, era Lafayette Rodrigues Pereira, que presidia o gabinete quando o jornal foi criado. Desde seu primeiro número, o *Brazil* apelidou o conselheiro Lafayette de “Sganarello”, o lenhador que se passava por médico, personagem da peça *Médico à força* de Molière. Através da comparação com o personagem, o jornal buscava induzir os leitores a perceberem o Partido Liberal como inconsistente e despreparado para o governo. Em números posteriores, ele voltou a se referir ao conselheiro Lafayette de forma pejorativa,

[...] para uma situação destas, um presidente do conselho destes! Para uma quadra de descrença – um cético; para a dúvida – Sganarello. [...] Cada época tem seu homem. Essa situação do Partido Liberal encontrou o seu personagem [...] (Brazil, 01/01/1884).

O *Brazil* questionava a relutância dos nomes convidados em assumir a presidência do conselho no governo liberal e insinuava que esta seria uma estratégia para disfarçar a transitoriedade daquele ministério. Pois, o que o governo liberal aguardava era a entrada de Manoel Pinto de Sousa Dantas “ou de outro chefe de corrilhos” para organizar novo ministério, um “gabinete de surpresa, obra inglória do interesse e do medo” sustentado pelo dinheiro público e que se orientava pelas “escolas de Itapicuru ou Chique Chique”. Segundo os conservadores, o que o Partido Liberal demonstrava na prática era “a impossibilidade de governar sem ideias e de manterem-se partidos políticos no poder sem as salutares virtudes da lealdade e da coerência” (Brazil, 16/07/1883).

Entre as críticas ao governo liberal, o *Brazil* destacou o número de deputados novatos que chegou à Câmara após a reforma eleitoral de 1881 e aqueles que foram nomeados ministros ainda sem trajetória política consolidada. Analisando as etapas na carreira política, Carvalho observou que esta iniciava-se, na maioria das vezes, pela magistratura, especialmente para aqueles sem família influente, os passos seguintes eram a candidatura e a eleição para deputado na Assembleia Provincial e, depois, na Assembleia Geral. A partir da Câmara, o aspirante ao topo da carreira política poderia ser nomeado presidente de província ou indicado para algum ministério, cargos que possibilitavam alcançar o Senado ou o Conselho de Estado (CARVALHO, 2008, p. 121-131). A consolidação da carreira política era construída através da movimentação dentro das esferas institucionais, a vivência em diferentes postos tinha o significado de prática no currículo político. O jornal associava a inexperiência ao despreparo para qualquer cargo,

Nenhum advogado confiaria ao primeiro bacharel formando que se apresentasse; nenhum médico ao primeiro doutor desconhecido. Assim o negociante, o industrial, o fabricante não confiam a gerência de sua casa, do seu estabelecimento, da sua fábrica a homens não provados em sua especialidade. No Brasil, o cargo de Ministro não requer nem aprendizagem, nem tirocínio, nem talento, nem ilustração; dispensa todas as provas e surpreende a todos (Brazil, 01/01/1884).

A censura era dirigida à indicação de Afonso Penna ao cargo de Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a quem o jornal se referia como “bem intencionado e probo na decisão dos negócios, embora deploravelmente apaixonado e cego em política” (Brazil, 01/01/1884). A paixão foi associada à cegueira em oposição à virtude necessária para o homem político, a razão. Segundo o *Brazil*, a trajetória política de Penna ainda não permitia que ele acumulasse pastas, tendo iniciado como deputado em 1878 e se bacharelado em 1870. A valorização da experiência como fundamento das ações se insere na lógica do pensamento conservador, contrário às abstrações e às deduções como embasamento para a ação. O jornal advertia que “a fortuna pública, a honra da nação não são um brinco para experiências e caprichos, nem o regime parlamentar permite situações destas” (Brazil, 01/01/1884).

O periódico tinha a preocupação de reafirmar as distinções entre conservadores e liberais, e ressaltava o Partido Conservador como o “partido da ordem, dos progressos refletidos, das reformas pensadas e amadurecidas, da conservação e defesa dos interesses permanentes da ordem política”, em oposição aos liberais, desqualificados para exercer o governo como “impacientes e demolidores” (Brazil, 04/01/1884). Porém, a percepção sobre a semelhança ideológica entre os partidos imperiais era corrente na imprensa e entre a população. Os próprios parlamentares contribuíam para essa visão, como no discurso de apresentação do programa do governo, Martinho Campos, um dos chefes liberais na presidência do Conselho, no qual referiu-se aos deputados eleitos de ambos os partidos, para aquela legislatura, “têm todos os mesmos ares de família. Vivemos às mil maravilhas na mesma canoa e não temos dificuldades quanto às opiniões” (Anais da Câmara dos Deputados, 24/01/1882).

O *Brazil* via os partidos políticos como a síntese de um sistema de governo e a expressão dos interesses da sociedade. Para ele, a conhecida comparação sobre os dois partidos, “o que se diz por sátira, que o liberal no governo é verdadeiro conservador, assim como este em oposição torna-se liberal”, era equivocada, pois ambos só entravam em consenso sobre a monarquia. Justificou seu argumento citando países onde os partidos não compartilhavam a mesma esfera social como os partidos monarquista e republicano na França ou aqueles que representavam dinastias rivais na Itália e na Espanha. No Brasil, “os monarquistas, ou aceitam o fato como resolução única do grave problema do governo social como uma necessidade histórica, ou, finalmente, como estado existente e atual da sociedade, preenchendo bem o seu fim, não têm divergências quanto à essência do governo, nem dos seus representantes” (Brazil, 17/07/1883).

No artigo de apresentação do primeiro número do jornal, “Partidos sem imprensa, imprensa sem partidos”, o *Brazil* refletiu sobre o que apontou como dilema do jornalismo, optar pela imparcialidade ou pela imprensa em nome de um partido ou uma ideologia. Para melhor compreensão, adoto o conceito de ideologia como um conjunto de ideias morais, econômicas, sociais e culturais que possuem coerência e relação com a política e o poder político (NISBET, 1987, p. 9). Segundo o artigo, a imprensa que definia-se como imparcial e mostrava-se insensível às demandas da sociedade era formada por “periódicos estranhos à política” e, por isso, indiferentes aos negócios públicos. Para o *Brazil*, esse perfil de jornal “encara os problemas sociais e as emergências cotidianas com elevação de vistas e de ânimo desinteressado na contenda” (Brazil, 16/07/1883).

Em seus artigos, o *Brazil* apontou a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Commercio* como periódicos liberais. Sobre o último, defendeu os ministros conservadores da denúncia de utilização de recursos públicos em pagamento a jornais por publicações em apoio ao governo. No artigo “Imprensa assalariada”, o *Brazil* reproduziu a denúncia “confessa o órgão conservador que no seu partido os ministros têm recorrido sempre à seção paga dos jornais neutros e das folhas criadas e custeadas exclusivamente pelo tesouro, para explicar sua política e justificar seus atos” (Brazil, 30/12/1883). O próprio *Brazil* lembrou que o artigo original do *Jornal do Commercio* justificou recorrer à “imprensa assalariada” como recurso na falta de uma imprensa partidária, opinião da qual o jornal afirmou discordar, pois tais jornais eram sustentados pelos impostos da população, dinheiro desviado dos cofres da nação, e redirecionou a acusação ao governo liberal que também adotava essa prática.

Segundo o jornal conservador, tanto o *Jornal do Commercio* como a *Gazeta de Notícias* tentavam convencer os leitores de que os liberais não se valiam da imprensa assalariada, “não fabricam opinião pública para aparentar força”, pois as publicações em prol do partido eram custeadas pelos correligionários e amigos apenas por convicção política. O *Brazil* ironizou o argumento das folhas concorrentes, “pois este governo que não teve um só deputado, um só senador que abrisse a boca na Câmara para defendê-lo, encontra tantos escritores que abram a bolsa para defendê-lo na imprensa?” (Brazil, 30/12/1883) Os conservadores construía imagens do governo liberal como incoerente e sem apoio mesmo entre os próprios parlamentares do partido.

O programa de reformas do Partido Liberal incluía a extinção da escravidão e estabelecia a emancipação dos escravos em longo prazo, “na liberdade de todos os

filhos de escravos que nascerem na data da lei e na alforria gradual dos escravos existentes pelo modo que oportunamente será declarado” (MELO, 1878, p. 43-57). Entre 1882 e 1884 foram apresentados projetos de emancipação dos escravos, revigorando os debates sobre a abolição na Assembleia Geral. Em setembro de 1882, Leandro Ratisbona, deputado liberal pelo Ceará, elaborou um projeto que proibia o comércio e a venda de escravos de uma província para a outra. Em 1883, a Fala do Trono apontou a necessidade dar continuidade à Lei do Ventre Livre através de novas medidas, reacendendo os debates no parlamento. No mesmo ano, Afonso Pena apresentou um projeto que aumentava o fundo de emancipação e estabelecia o imposto de 500 mil-réis por cada escravo, além fixar a residência do cativo. Em seguida, Leopoldo Bulhões, deputado liberal por Goiás, propôs libertar os escravos de todo o Império sob a condição de prestação de serviços aos seus senhores por seis anos (AFONSO CELSO, 1998, p. 112).

Contudo, as tímidas propostas sobre a extinção da escravidão começaram a gerar reações através do jornal conservador. No mesmo ano o *Brazil* reproduziu um artigo intitulado “A escravidão no Brasil” (Brazil, 05/09/1883), originalmente publicado no *Correio Paulistano* em 30/08/1883 e escrito por Walter Hammond, engenheiro e inspetor geral da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. A opção pelo artigo tinha relação com os debates sobre a questão que, adormecidos desde a Lei de 28 de Setembro de 1871, retornavam, com força, nas ruas naquele momento. A análise de Hammond traçou um panorama negativo sobre extinção da escravidão no país e foi publicado pelo *Brazil* para rebater os grupos favoráveis às iniciativas da Coroa na emancipação do escravo; criticava-se, assim, o direito do Estado de sobrepor sua autoridade à propriedade privada.

Para Hammond, desde a Lei do Ventre Livre pouco havia mudado sobre as condições de vida dos escravos, estes eram “talvez tratados com mais humanidade”. Porém os filhos de escravos nascidos após a lei assemelhavam-se aos pais no despreparo para a liberdade que haviam conquistado. Hammond acreditava que as alforrias pelo fundo de emancipação eram inferiores àquelas concedidas por particulares e considerava a escravidão no Brasil como “descrita em cores exageradas”. Segundo Hammond, os escravos domésticos ocupavam uma posição mais elevada, possibilitando vínculo afetivo com a família a quem pertenciam; em segundo viriam os escravos “artistas” pelo lucro que geravam aos seus senhores; seguidos dos escravos da casa, “cocheiros, cozinheiras e lavadeiras”, e daqueles alugados nas cidades. Por último, os

escravos da lavoura em pior situação, porém, segundo ele, até estes recebiam tratamento superior ao dos trabalhadores europeus nos campos ou nas minas. Hammond via a emancipação total como precipitada, pois resultaria em prejuízos na produção de café para o país e para o mundo. Concluiu sua análise em favor à lei do Ventre Livre como recurso para dar tempo ao país para a substituição da mão de obra escrava, pois o Brasil demandava “auxílio moral e material a fim de suplantar o monstro da anarquia que ameaça devorá-lo se a emancipação dos escravos não efetuar-se com todo o cuidado e prudência” (Brazil, 05/09/1883).

A partir de 1884 pode-se encontrar discursos contrários às novas investidas contra a escravidão, publicados no *Brazil* com maior frequência. Os artigos tinham como cenário a intensa atividade da Confederação Abolicionista, criada em maio de 1883, mas que atingiu seu apogeu durante o Gabinete Dantas. A relação de Manuel Pinto de Sousa Dantas com o abolicionismo pode ser compreendida a partir da análise de Emília Viotti da Costa, que não via relação direta e definitiva entre o pertencimento aos grupos agrários e a defesa da escravidão, ou coerência entre as convicções e as atitudes sobre a abolição. Cabe lembrar que Dantas pertencia às elites de uma das regiões com lavoura economicamente enfraquecida e, portanto, a escravidão era percebida como menos essencial. (COSTA, 1998, p. 442). O próprio Dantas fazia parte do universo dos fazendeiros da Bahia e possuía relação com os fazendeiros fluminenses através de laços familiares (CARVALHO, 2008, p. 318). Os exemplos sobre a atitude dos fazendeiros são contraditórios. Alguns se posicionaram favoráveis à abolição, porém puniam os escravos fugidos e recapturados com o tronco e se recusavam a libertá-los, enfrentando os abolicionistas. Outros se mantiveram contrários à abolição e se converteram apenas durante a votação da Lei Áurea. Segundo a autora, apenas Paulino de Sousa e Andrade Figueira mostraram coerência até o final, antiabolicionistas convictos, estavam entre os poucos que votaram contra a extinção da escravidão em 1888. (COSTA, 1998, p. 442).

Ainda em abril de 1884, portanto, antes de Dantas assumir o gabinete, o *Brazil* publicou o artigo “O governo em face dos abolicionistas”, pelo qual chamava o abolicionismo de movimento desordenado que levaria a anarquia ao país, e cobrava medidas firmes do governo para controlar a situação. Denunciava o que considerava afronta aos proprietários praticada pela Confederação Abolicionista, atos classificados como o “princípio do fim, o direito de alforriar escravos alheios que se arrogou o presidente da confederação, passando cartas, mandando-as registrar em notas e

publicando-as com audácia superior a todas as leis e somente igual à pusilanimidade do governo” (Brazil, 24/04/1884).

A menção sobre Dantas assumir a presidência do Conselho apareceu no primeiro número do jornal (Brazil, 16/07/1883), indicando que o evento já era aguardado, o que ocorreu em 06 de junho de 1884. Dantas apresentou o programa do novo ministério enfatizando que “dentre as diversas questões que se impõe à atenção e estudo do governo, duas há no momento presente que dominam todas as outras: a financeira e a do elemento servil”. Na visão do atual gabinete, o governo não poderia mais se desviar do assunto, era preciso o Estado intervir e, por isso, o problema seria levado ao Parlamento, “nesse assunto, nem retroceder, nem parar, nem precipitar”. Para isso, seria necessário conciliar os “sentimentos generosos e aspirações humanitárias” ao direito de propriedade e aos interesses da agricultura. Entre as medidas nesse sentido, anunciou a elaboração de um projeto que previa a libertação dos escravos maiores de 60 anos, considerada por ele como “uma providência que o gabinete julga de inteira equidade e oportuna” (Anais da Câmara dos Deputados, 09/06/1884).

No dia seguinte, o *Brazil* descreveu a apresentação do programa de governo por Dantas como um evento tomado pela multidão nas galerias, nas tribunas gerais e nas reservadas da Câmara, “o povo parecia prever alguma coisa de extraordinário”. Advertiu que trataria sobre a questão servil em artigos especiais e que se restringiria naquela edição, apenas a apresentar as reações ao programa do Gabinete Dantas. Para o periódico, o governo deveria adiar os debates sobre a escravidão, pois a prioridade era “tranquilizar as classes produtoras, fazer a questão servil entrar na legalidade”. Segundo o artigo, o governo se afastava do que foi acordado na Lei de 28 de setembro de 1871 e pretendia libertar todos os escravos de certa idade e sem indenização aos proprietários (Brazil, 10/06/1884).

Nos dois números seguintes, o *Brazil* publicou dois artigos específicos sobre a emancipação, intitulados “A nova fase da questão servil”. O primeiro artigo advertia que as discussões sobre a abolição entraram em fase crítica após ser anunciada como programa de governo por Dantas e como conteúdo das conferências com o Imperador. A sequência desse artigo foi publicada no dia seguinte e buscava reforçar a recepção negativa sobre o governo, “o programa e as palavras do Sr. Presidente do conselho à respeito foram recebidas com profundo desagrado por todos quantos refletem sobre os negócios públicos”. O jornal via a emancipação realizada pela província do Ceará como incentivadora do abolicionismo, provocando o aumento dos cercos às propriedades, as

ameaças e as revoltas coletivas de escravos. Esse quadro, de acordo com o periódico, era incitado pelo apoio da família imperial, das forças armadas, dos estudantes da academia, da escola politécnica e da escola militar ao movimento. As manifestações realizadas na cidade – cartazes, festas e quermesses que reproduziam “a escravidão é um roubo! Viva a liberdade dos escravos! Está finda a escravidão!” – eram mostradas como indícios de desorganização social. Afronta com o apoio de autoridades como o comandante de polícia Andrade Pinto, que recebeu medalha de honra dos abolicionistas. Através do *Brazil*, os conservadores demonstravam espanto diante da situação:

Teremos chegado ao ponto em que nada haja nesse país a conservar? Em que o governo, o supremo protetor dos grandes interesses sociais se ligue abertamente às paixões subversivas em guerra contra as classes que são em toda a parte do mundo o sustentáculo da ordem estabelecida? [...] Para quem devem apelar os cidadãos interessados nessa ordem pública e social que eles sustentam e mantêm com sacrifício seu? (Brazil, 12/06/1884).

O discurso do jornal *Brazil* era uma convocação aos grupos que se sentiam ameaçados com a conivência do Governo com a desordem abolicionista. Na lógica do discurso conservador, o papel do Estado era conter as “paixões ferozes” e não incentivar o radicalismo reformista que se fundamentava sobre a expectativa de uma sociedade igualitária e sem escravidão, o que não tinha precedentes na história do país. O *Brazil* objetivava induzir seus leitores a pensar que ações nesse sentido eram infundadas, pois as reformas deveriam ser respostas às necessidades concretas, em que a abolição da escravidão não se enquadrava. O problema real era a lavoura, a crise econômica, as questões palpáveis do presente e não as possibilidades sobre o futuro. Segundo Mannheim, um dos elementos do pensamento conservador é a fixação sobre o imediato e o real, as ações são circunscritas a estas necessidades, rejeitando especulações e hipóteses (MANNHEIM, 1981, p. 111-112). Tanto quanto a organização econômica e as instituições, nessa questão, pesavam a representação que a sociedade fazia de si mesma e as relações no âmbito doméstico e no espaço público que se desenvolveram e se acomodaram sobre a escravidão.

O projeto de emancipação apresentado concedia a liberdade imediata aos escravos que atingissem a idade de 60 anos, pela omissão de matrícula dos senhores, pelo fundo de emancipação e pela não obediência à determinação de residência fixa do escravo. Haveria a obrigatoriedade de matrícula dos escravos com a declaração de seu

valor, sobre os quais seriam cobrados impostos anuais a serem repassados para o fundo de emancipação e trazia como novidade a não indenização. (Anais da Câmara dos Deputados, 15 /07/1884). Após a apresentação, Moreira de Barros, deputado liberal por São Paulo, pediu demissão da presidência da Câmara e justificou a decisão por discordar da elaboração do projeto pelo Gabinete, pois, esta deveria ser prerrogativa da Câmara. Na mesma sessão o pedido de demissão do presidente da Câmara foi votado nominalmente, obtendo 55 votos favoráveis a sua saída contra 52 votos (Anais da Câmara dos Deputados, 15/07/1884).

No dia seguinte, o *Brazil* se pronunciava sobre a demissão de Moreira de Barros e a apresentação do projeto. O jornal ligava os dois acontecimentos e atribuía novo sentido à demissão de Moreira de Barros, pois, “a questão de confiança não consistia em votar a favor ou contra a renúncia do Sr. Moreira de Barros; mas sim votando-se pela renúncia, votava-se pelo programa e pelas ideias capitais do projeto”. A diferença de apenas três votos não significou a vitória do Gabinete Dantas, porém, indicou que a continuidade deste estava comprometida e era questão de tempo para que se retirasse ou para a dissolução da Câmara (Brazil, 16/07/1884). Diante dos obstáculos para seguir com o projeto de emancipação por uma moção de desconfiança e exigências de sua demissão pelos escravocratas, Dantas se viu forçado a dissolver a Câmara em 03 de setembro de 1884, sendo convocadas novas eleições no mesmo ano, tendo em vista iniciar a próxima legislatura em março de 1885 (GERSON, 1975, p. 276-277).

No mesmo dia em que a Câmara foi dissolvida, o *Brazil* publicou um manifesto anônimo dirigido contra Dantas e o projeto, intitulado “Aos pernambucanos, em geral, e à lavoura, em particular”. O autor se referia à emancipação dos escravos maiores de 60 anos sem indenização como expropriação pelo governo. Para ele, o Estado estava representando os interesses dos proprietários, mas havia se tornado uma organização burocrática, cuja finalidade era lesar a categoria, “governo de funcionários públicos e advogados administrativos [...]. Uma situação de proletários a darem leis à propriedade, ou de parasitas do tesouro a decretarem impostos”. O manifesto lembrava ao governo que eram eles, os agricultores, que o elegiam, “quem lhes dá vitória são as nossas lutas locais, as nossas questões mesquinhas de política de aldeia, as vaidades pueris e os ódios pequeninos” (Brazil, 03/09/1884). Uma ironia sobre a imagem depreciativa que era atribuída aos chefes locais, responsáveis pela mobilização junto às camadas populares para eleger os políticos nacionais.

O manifesto convocava os agricultores a fundar o partido da lavoura e de todas as classes proprietárias com o objetivo de combater o governo, sobre o qual alertava, “abolicionistas hoje, e comunistas amanhã”, também incentivava a não votar em candidatos, liberais ou conservadores, não identificados ao segmento. Segundo o artigo, a classe proprietária e interessada na ordem pública já contava com representantes, em sua maioria, no Senado e no Conselho de Estado, e homens proeminentes na Câmara dissolvida pelo capricho de Dantas. O movimento contra o fim da escravidão, de acordo com o manifesto, contava com o apoio do país real e não estava com o país oficial, exposto pelo próprio jornal de forma literal (Brazil, 03/09/1884).

Em 1885 o *Brazil* trouxe alterações em sua edição que podem ser interpretadas como uma nova orientação para a diversificação em detrimento da proposta inicial de oposição ao governo. Até o momento, a primeira página era dedicada à política, apresentando um artigo de opinião como introdução e resumos sobre as sessões na Câmara e no Senado, acompanhados de observações sobre os eventos. As demais páginas eram voltadas para informações, notícias e publicidade, porém sem oferecer relevância a esses temas. Em abril o jornal comunicou que atenderia ao pedido dos leitores, ampliando a seção de notícias e as específicas sobre comércio, indústria e literatura (Brazil, 12/04/1885). Além de estas passarem para a primeira página, também foi introduzida a reprodução de informações publicadas, originalmente, no *Jornal do Commercio*, criticado com frequência nos números anteriores pelo próprio *Brazil*. Os artigos políticos, principal enfoque do jornal, foram transferidos para a segunda página, sendo perceptível que o espaço destinado, agora intitulado “Seção política”, foi reduzido e, posteriormente, passou a dividir a página com as seções de Loteria e Charadas.

Mesmo reafirmando que manteria suas convicções, os artigos políticos publicados pelo periódico *Brazil* não mostravam o habitual tom incisivo sobre o governo liberal. Essa nova postura se evidenciou no apoio ao Conselho presidido por José Antônio Saraiva, em substituição à Dantas que demitiu-se do cargo após nova moção de desconfiança pela Câmara eleita para 1885. No artigo “O novo ministério”, o autor se referia ao ex-presidente do Conselho como “representante fiel do abolicionismo propagandista e esbanjador”, enquanto a entrada de Saraiva foi exaltada como a retomada do controle sobre a desordem social que havia se instalado. Alertava ao conselheiro Saraiva sobre o papel negativo dos centros urbanos e, em especial, a cidade do Rio de Janeiro, como cenários dos movimentos antiescravistas.

Conquanto a opinião desta cidade e de outros centros populosos devam entrar por muito nas resoluções do governo, convém que em assuntos tão graves, importantes e que interessam ao todo da comunhão nacional a irreflexão e a agitação próprias das cidades não sejam ouvidas e atendidas com exclusão de todo o país, que mais trabalha e produz (Brazil, 07/05/1885).

Na visão do jornal conservador, os grupos sociais e as manifestações próprios das grandes cidades possuíam caráter desestabilizador e desagregador que ameaçavam a organização e a unidade da sociedade. O outro extremo eram as pequenas localidades de onde originava-se a riqueza que sustentava o país e que preservavam as tradições e interesses comuns importantes para tranquilidade pública. O artigo concluía mostrando que era conveniente dar oportunidade à Saraiva, pois ele havia sido indicado por chefes conservadores para estar à frente da situação atual. E, se não contava com o apoio irrestrito do Partido Conservador, contava com a simpatia (Brazil, 07/05/1885).

Nos números posteriores, o *Brazil* mostrou, progressivamente, menos intensidade nas críticas ao governo liberal, como havia sido sua proposta inicial. Embora mantivesse o discurso de oposição, o jornal conservador demonstrou apoio ao ministério de Saraiva e menos resistência ao projeto de libertação dos sexagenários apresentado pelo programa do novo gabinete. Segundo o periódico, havia um consenso entre o Gabinete liberal de Saraiva e o Partido Conservador, ambos compreendiam que a emancipação era uma questão social que deveria ser solucionada com base nos interesses e necessidades presentes e não pelo arrebatamento idealista. Portanto, precisava ser solucionada de forma a agradar a todos, sem a interferência das “irritações apaixonadas das políticas de partido” (Brazil, 09/05/1885). Nos artigos publicados no curto período de dois meses, entre a mudança de perfil e seu encerramento, o conteúdo político havia cedido espaço para os assuntos financeiros, com algumas críticas aos impostos ligados ao projeto de emancipação.

### *Considerações finais*

Em 6 junho de 1885, sem dar indícios em números anteriores, o *Brazil* anunciou o encerramento de suas atividades e agradeceu aos leitores. Informou que transferia os compromissos assumidos com os assinantes para o jornal *Diário de Notícias*, que circularia a partir do dia seguinte, cujos proprietários identificavam-se como Carneiro,

Senna e Comp., funcionando no mesmo endereço da tipografia do *Brazil*. O último artigo político mencionava episódios e atitudes que considerava contraditórios por parte de parlamentares, de autoridades ou da imprensa. Declarava, “basta de doutrinas novas e dominantes na alta administração do país real. Agora, se das teorias descemos aos fatos, aí encontramos a mesma incoerência e sem razão” (Brazil, 06/06/1885).

Surgido como veículo do Partido Conservador em oposição ao governo liberal, aos poucos, suas opiniões deixaram de se restringir às questões partidárias para falar a todos que se identificassem com o descontentamento sobre o panorama de reformas e incertezas do período. Um indício da pluralização de seus leitores foi a exclusão do subtítulo “Órgão do Partido Conservador” a partir de 1884 (Brazil, 27/05/1884), o que podemos pressupor como uma decisão com o intuito de ampliar o público leitor para além dos adeptos do partido. Através de críticas ao abolicionismo, à administração liberal e à imprensa, o *Brazil* trouxe argumentos em prol de reformas que atendessem às necessidades concretas e presentes. Em seus artigos defendia a noção de governo como administração dos interesses públicos sem a influência das “paixões”. Pregava a explicitação das posições, criticando a imprensa que se apresentava como neutra, mas que atuava como imprensa paga pelo governo. Era contrário às mudanças sem fundamento prático como a ruptura de séculos de escravidão reivindicada pelo movimento abolicionista. Pensava ser essencial a estabilidade para o país em oposição às ideias sobre desenvolvimento sem bases sólidas.

O periódico conservador censurou de forma intensa o quadro político caracterizado pela atuação do gabinete de Dantas em consonância com o abolicionismo. A partir da queda deste e da retomada de Saraiva, hábil para conciliar as divergências entre liberais e conservadores e até mesmo as dissonâncias internas no seu próprio partido, o discurso do *Brazil* tornou-se mais moderado e tolerante com o adversário. Entre os méritos de Saraiva, o jornal apontava a apresentação do projeto de emancipação dos Sexagenários com indenização aos senhores e o distanciamento do abolicionismo e da anarquia.

Após a entrada de Saraiva, o *Brazil* atenuou seu discurso de oposição e parecia não oferecer mais elementos para sua existência. Talvez seja possível dizer que ele tenha sido criado para combater não apenas o governo liberal, mas especificamente Dantas e o envolvimento do governo com a bandeira da emancipação. Pode-se observar, apenas como uma curiosidade, que a data de encerramento das atividades do *Brazil*, 06 de junho de 1885, coincidiu com a data inicial do gabinete de Dantas, também

denominado Gabinete de 6 de junho de 1884. Outro episódio a ser notado é que o término do jornal ocorreu a apenas dois meses do Partido Conservador retornar ao poder com João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe) e concluir a aprovação da Lei dos Sexagenários iniciada por Saraiva.

## Referências Bibliográficas

- BARBOSA, Rui. *Trabalhos políticos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1987. (Obras completas de Rui Barbosa, v.2, t.2, 1872 – 1874)
- BONAVIDE, Paulo. AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. 3ª edição. Volume 10. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRAZIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Anais da Câmara dos Deputados*.  
\_\_\_\_\_. *Órgão do Partido Conservador (1883-1885)*.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CELSO, Afonso. *Oito anos no Parlamento*. Brasília: Senado Federal, 1998 (Biblioteca básica brasileira).
- COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. São Paulo: Unesp, 1998.
- DANTAS, Rodolfo de Souza. Relatório do Ministro do Império, 1881. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1747/000014.html>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- HOLANDA, Sergio Buarque. *História geral da civilização brasileira*. O Brasil monárquico, v. 7: do Império à República. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- JEANNENEY, Jean-Nöel. A mídia. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- KOSERITZ, Carl Von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1980.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *O Momento monarquiano: o poder moderador e o pensamento político imperial*. 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- MANNHEIM, Karl. *O Pensamento conservador*. In: MARTINS, José de Souza (org.). Introdução crítica a sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MELO, Américo Brasiliense de Almeida. *Os programas dos partidos e o Segundo Império*. São Paulo: Typographia de Jorge Seckler, 1878.
- NISBET, Robert. *O Conservadorismo*. Lisboa: Estampa, 1987.
- SOUZA, Francisco Belisário Soares de. *O Sistema eleitoral no Império; com apêndice contendo a legislação eleitoral no período de 1821-1889*. Brasília, Senado Federal, 1979.

Artigo recebido em 10/08/2013. Aprovado em 14/10/2013.